

DIVULGAÇÃO DE PESQUISA: obrigatoriedade do voto e determinantes sociais*

Luzia Helena Hermann de Oliveira¹
Marcolina N. Tomazini de Carvalho²

¹Professora do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina;
Doutora em Ciências Políticas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

²Professora do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

resumo

Trata-se de uma pesquisa de opinião que procura determinar como a população do município de Londrina, no Paraná, encara a possibilidade de implantação do voto facultativo, que procedimento adotaria em semelhante situação e qual o motivo que nortearia tal procedimento. O objetivo do projeto é verificar, primeiro, se as pessoas favoráveis ao voto facultativo podem ser social ou politicamente caracterizadas e, segundo, em que medida a implantação do voto facultativo atingiria diferentemente os vários segmentos sociais.

Palavras-chave: eleições; voto facultativo; participação.

Trata-se de uma pesquisa de opinião que procura determinar como a população do município de Londrina, no Paraná, encara a possibilidade de implantação do voto facultativo, que procedimento adotaria em semelhante situação e qual o motivo que nortearia tal procedimento. O objetivo do projeto é verificar, primeiro, se as pessoas favoráveis ao voto facultativo podem ser social ou politicamente caracterizadas e, segundo, em que medida a implantação do voto facultativo atingiria diferentemente os vários segmentos sociais.

Para tal, foi realizada uma pesquisa aleatória na área urbana de Londrina durante os meses de abril e maio de 1997, aplicando-se um questionário a 700 entrevistados, todos maiores de 18 anos. A amostra foi probabilística, estratificada segundo os padrões de moradia, efetuando-se um sorteio aleatório dos setores censitários e aplicando-se quotas proporcionais ao sexo e à atividade econômica (economicamente ativos e não-ativos). Nesse processo, a margem de erro considerada é de aproximadamente 5%, dentro do intervalo de confiança de 95%.

Este artigo tem por finalidade encerrar a primeira etapa do desenvolvimento do projeto, apresentando os resultados da pesquisa.¹

1. O VOTO DEVE SER OBRIGATÓRIO?

OPINIÕES	Nº ABSOLUTO	%
Obrigatório	209	29,9
Facultativo	479	68,4
NS/NR ^(*)	12	1,7
TOTAL	700	100,0

(*) Não sabem/não responderam.

O percentual das pessoas favoráveis ao voto facultativo é de 68,4%, contra 29,9% que preferem o voto obrigatório. Esse percentual está bastante próximo ao encontrado em pesquisas de opinião recentemente realizadas em outras regiões do Brasil.²

1.1. Relação entre opinião sobre a obrigatoriedade do voto e características socioeconômicas dos entrevistados (em %):

OPINIÕES	SEXO	
	M	F
Obrigatório	24,1	36,5
Facultativo	75,9	63,5
Nº Abs.^(*)	340	348

(*) Foram excluídos 12 entrevistados (1,7% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

OPINIÕES	IDADE			
	18-25 anos	26-40 anos	41-60 anos	+ de 61 anos
Obrigatório	37,2	25,9	29,7	33,3
Facultativo	62,8	74,1	70,3	66,7
Nº Abs.^(*)	137	243	212	96

(*) Foram excluídos 12 entrevistados (1,7% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Inserção no mercado de trabalho

OPINIÕES	Trabalham	Não Trabalham
Obrigatório	28,4	33,2
Facultativo	71,6	66,7
Nº Abs.^(*)	408	280

(*) Foram excluídos 12 entrevistados (1,7% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Renda familiar (em salários mínimos)

OPINIÕES	até 2sm	+ de 2 até 5sm	+ de 5 até 10sm	+ de 10 até 20sm	+ de 20sm
Obrigatório	34,8	33,9	31,4	24,1	20,9
Facultativo	65,2	66,1	68,6	75,9	79,1
Nº Abs.^(*)	89	218	188	108	67

(*) Foram excluídos 30 entrevistados (9,6% do total de 700), sendo 18 que não declararam renda e 12 que não emitiram opinião (NS/NR).

Nível de escolaridade

OPINIÕES	Primário Incompleto	1º Grau Completo	Colegial Completo	Universitário
Obrigatório	33,8	30,5	27,9	15,3
Facultativo	66,2	69,5	72,1	84,7
Nº Abs.^(*)	361	128	140	59

(*) Foram excluídos 12 entrevistados (1,7% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

O voto facultativo é preferido em todos os subgrupos sociais (segundo sexo, idade, inserção no mercado de trabalho, renda familiar e escolaridade). Analisando-se os percentuais relativos à preferência pelo voto obrigatório, verifica-se que a tendência mais acentuada está entre as mulheres e entre os mais jovens (18-25 anos) e os mais velhos (mais de 61 anos).

Observa-se, ainda, a interferência das variáveis renda e escolaridade na opinião, existindo uma relação diretamente proporcional entre renda, nível de escolaridade e preferência pelo voto facultativo.

1.2. Relação entre a opinião sobre a obrigatoriedade do voto e perfil político-ideológico dos entrevistados (em %):

OPINIÕES	Ideologia ^(*)			
	Direita	Centro	Esquerda	Não Sabem
Obrigatório	30,7	22,1	31,5	42,1
Facultativo	69,3	77,9	68,5	57,9
Nº Abs.^(**)	137	86	445	19

(*) Foi perguntado: "Concorda que o governo deve cuidar apenas da segurança pública e da educação, deixando para os empresários os outros setores (saúde, habitação, estradas...)?"

(**) Foram excluídos 13 entrevistados (1,8% do total de 700), sendo que 12 não declararam opinião sobre a obrigatoriedade do voto e 1 não respondeu à questão sobre ideologia.

Esquerda e direita apresentam o mesmo índice de preferência, em torno de 69% em favor do voto facultativo. É o centro ideológico — aqueles que defendem uma interferência limitada do Estado — que tende mais enfaticamente a defender o voto facultativo (77,9%). Inversamente, o pequeno percentual que não tem opinião formada sobre o nível ideal de intervenção do Estado (dezenove entrevistados em 700, ou seja, 2,7% do total) mantém a preferência pelo voto facultativo em percentual bem mais baixo (57,9%).

Apoio à democracia^(*)

OPINIÕES	Democratas	Autoritários	Não Sabem/Indiferentes
Obrigatório	29,7	27,0	44,2
Facultativo	70,3	73,0	55,7
Nº Abs.^(**)	535	100	52

(*) Foi perguntado: "Na sua opinião, é importante para o país manter a liberdade democrática de voto, opinião e associação ou acha que, em determinadas situações, o governo não pode ser democrático?"

(**) Foram excluídos 13 entrevistados (1,8% do total de 700), sendo 12 que não declararam opinião (NS/NR) sobre a obrigatoriedade do voto e 1 que não respondeu à questão sobre a intervenção do Estado.

Também em relação ao apoio à democracia não aparecem diferenças significativas, pois tanto autoritários quanto democratas preferiram o voto obrigatório e o voto facultativo em percentuais muito próximos. O que se distingue na tabela é o percentual de entrevistados que não souberam dizer qual o regime político de sua preferência ou que demonstraram indiferença em relação aos dois regimes. Nesse caso, a preferência pelo voto obrigatório foi maior, mas esse grupo é pequeno (52 entrevistados em 700, ou seja, 7,8% do total).

1.3. Relação entre a opinião sobre a obrigatoriedade do voto e grau de interesse pela política (em %):

Interesse pelo noticiário político^(*)

OPINIÕES	Sempre	Às Vezes	Nunca
Obrigatório	26,1	34,2	30,6
Facultativo	73,9	65,8	69,4
Nº Abs.^(**)	280	269	134

^(*) Foi perguntado: "Costuma ver ou ler noticiários políticos?"

^(**) Foram excluídos 17 entrevistados (2,4% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Interesse pelo debate político^(*)

OPINIÕES	Sempre	Às Vezes	Nunca
Obrigatório	17,7	31,8	33,6
Facultativo	82,3	68,2	66,4
Nº Abs.^(**)	124	198	363

^(*) Foi perguntado: "Costuma discutir política com amigos e parentes?"

^(**) Foram excluídos 15 entrevistados (2,1% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

O interesse pela política foi medido de duas formas: entre os entrevistados que se interessam pelo noticiário político e entre os entrevistados que debatem sobre política com amigos e parentes. Partiu-se do pressuposto de que discutir política é uma maneira mais precisa de demonstrar interesse do que meramente *assistir* ao noticiário.

Vê-se que a preferência pelo voto facultativo prevaleceu em todas as situações. Na tabela referente ao noticiário político, observa-se que entre os que vêem ou lêem sempre os noticiários a preferência pelo voto facultativo é maior. Essa vantagem em favor do voto facultativo cresce substancialmente quando o fator analisado passa a ser o debate político. Entre os que debatem sempre, ou seja, entre os segmentos mais interessados (uma minoria de 17,7% — 124 entrevistados em 700), a preferência pelo voto facultativo aparece em 82,3% dos casos.

Preferência partidária

OPINIÕES	Têm Preferência	Não Têm Preferência
Obrigatório	42,7	28,2
Facultativo	57,3	71,8
Nº Abs.^(*)	103	585

^(*) Foram excluídos 12 entrevistados (1,7% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Participação em associações

OPINIÕES	Participa	Não Participa
Obrigatório	36,3	28,2
Facultativo	63,7	71,8
Nº Abs.^(*)	171	510

^(*) Foram excluídos 19 entrevistados (2,7% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Diferentemente das duas questões anteriores, a simpatia por partidos políticos e a participação em associações parecem influenciar a opinião, aumentando o percentual dos que apoiam o voto obrigatório. Embora também neste caso a preferência pelo voto facultativo prevaleça em todas as situações (sempre em mais de 50%), o percentual de apoio é mais baixo entre os que demonstram preferência partidária ou participam de associações. Portanto, há uma inversão em relação às duas perguntas anteriores.

1.4. O voto deve ser obrigatório? Por que?

Com o objetivo de compreender os motivos dessa preferência, foi formulada uma pergunta aberta, possibilitando que o entrevistado desse espontaneamente sua opinião. A sistematização foi feita posteriormente, procurando-se respeitar o sentido da resposta.³

Para um percentual expressivo dos entrevistados (35,9%) o voto deve ser facultativo, porque votar é um direito de cidadania. Ainda favoráveis ao voto facultativo, encontra-se o percentual bem menor (9,1%) dos que acreditam que a implantação do voto facultativo retiraria do processo eleitoral os desinteressados e mal informados que, segundo eles, apenas contribuem para piorar a qualidade da política. Para 8%, a justificativa para implantar o voto facultativo está na ineficiência do voto obrigatório, uma vez que os desinteressados podem anular seu voto e manter, assim, uma forma de não-participação. Somente 5,1% dos que preferiram o voto facultativo demonstraram claro despreço pela política, utilizando sempre formas pejorativas para se referir à política e aos políticos.

SIM/NÃO	MOTIVOS	Nº ABS.	%
SIM	-Sem a obrigatoriedade poucos votariam	108	15,4
	-Votar é um dever cívico	30	4,3
	-Uma forma de constituir governos	21	3,0
	-Para criar o interesse político na maioria do povo	9	1,3
	-Outros/NS/NR	40	5,9
	NÃO	-Votar é um direito	251
-O voto facultativo melhoraria a qualidade da política		64	9,1
-A obrigação não garante o voto e a participação		56	8,0
-Os políticos não prestam		36	5,1
-Outros/NS/NR		73	10,4
TOTAL^(*)			688

^(*) Foram excluídos 12 entrevistados (1,7% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Quanto à preferência pelo voto obrigatório, um percentual expressivo (15,4%) reafirmou a antiga convicção de que sem a obrigatoriedade poucos votariam. Em seguida, com um percentual bem mais baixo (4,3%), aparece a parcela

dos que afirmam que votar é um dever. A noção schumpeteriana de que eleição é uma forma de se constituir governos foi repetida por 3% dos entrevistados. E apenas 1,3% disseram que as eleições servem para politizar a população, ensinando o povo a participar da política.

2. VOTARIA SE O VOTO NÃO FOSSE OBRIGATÓRIO?

OPINIÕES	Nº ABS.	%
Votaria	368	52,6
Depende	150	21,4
Não Votaria	167	23,9
NS/NR	15	2,1
Nº Abs.	700	100,0

A maioria votaria mesmo que não fosse obrigada, mas o número dos que não votariam é também bastante expressivo (23,9%), e um percentual de 21,9% votaria sob determinadas condições. Vê-se, portanto, que o percentual dos que participariam com certeza é de cerca de metade da população em idade de participar, o que demonstra um alto índice de desapego ao processo eleitoral. Comparando-se esses dados aos resultados apresentados por MOISÉS (1995), vê-se que essa determinação costuma variar segundo a conjuntura política. Em 1989, quando pela primeira vez, depois de quase três décadas, a população novamente pôde votar para escolher o presidente da República, a tendência em participar cresceu. Mas em 1993, quando o presidente eleito já havia sofrido o processo de *impeachment*, esse percentual caiu em mais de dez pontos percentuais.⁴ Em Londrina, o número dos que votariam está bastante próximo ao percentual da pesquisa de 1993. Comparando esses dados, vê-se que o número dos que talvez votassem foi muito baixo nas quatro pesquisas apresentadas por Moisés (em torno de 3%). Em Londrina, pelo contrário, um considerável percentual de 21,4% preferiu o “depende”.

2.1. Relação entre a disposição dos entrevistados em participar do processo eleitoral e suas características socioeconômicas (em %):

OPINIÕES	SEXO	
	M	F
Votaria	54,9	52,6
Depende	22,7	21,1
Não Votaria	22,4	26,3
Nº Abs.^(*)	339	346

(*) Foram excluídos 15 entrevistados (2,1% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

OPINIÕES	IDADE			
	18-25 anos	26-40 anos	41-60 anos	+ de 61 anos
Votaria	51,8	54,0	53,1	57,3
Depende	21,9	26,4	19,7	15,6
Não Votaria	26,3	19,7	27,2	27,1
Nº Abs.^(*)	137	239	213	96

(*) Foram excluídos 15 entrevistados (2,1% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Inserção no mercado de trabalho

OPINIÕES	Trabalham	Não Trabalham
Votaria	54,1	53,2
Depende	23,0	20,4
Não Votaria	23,0	26,4
Nº Abs.^(*)	405	280

(*) Foram excluídos 15 entrevistados (2,1% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Renda familiar (em salários mínimos)

OPINIÕES	até 2sm	+ de 2 até 5sm	+ de 5 até 10sm	+ de 10 até 20sm	+ de 20sm
Votaria	50,6	50,7	51,6	56,6	64,2
Depende	17,2	20,1	24,5	28,3	20,9
Não votaria	32,2	29,2	23,9	15,1	14,9
Nº Abs.^(*)	87	219	188	106	67

(*) Foram excluídos 33 entrevistados (4,7% do total de 700), sendo 15 que não declararam opinião (NS/NR) e 18 que não declararam renda.

Nível de escolaridade

OPINIÕES	Primário Incompleto	1º Grau Completo	Colegial Completo	Universitário
Votaria	48,5	51,6	62,6	69,5
Depende	20,4	23,4	23,0	25,4
Não Votaria	31,1	25,0	14,4	5,1
Nº Abs.^(*)	363	124	139	59

(*) Foram excluídos 15 entrevistados (2,1% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Apesar de algumas diferenças percentuais, não aparecem divergências significativas na opinião manifestada entre diferentes sexos, idades ou pessoas economicamente ativas e não-ativas. Das variáveis socioeconômicas apresentadas, a renda familiar e a educação são, claramente, os fatores mais expressivos. Como se pode observar, o número dos que votariam cresce com o crescimento da renda (em até quatorze pontos percentuais) e, entre os que recebem até dois salários mínimos, a disposição em não votar é 17,3% maior que entre os de renda acima de vinte salários mínimos.

O mesmo padrão se repete em relação ao grau de escolaridade: quanto maior a escolaridade, maior a intenção de participar. Entre as pessoas com nível universitário, a tendência à abstenção é de apenas 5,1%.

2.2. Relação entre disposição em participar do processo eleitoral e perfil político-ideológico dos entrevistados (em %):

OPINIÕES	Ideologia ^(*)			
	Direita	Centro	Esquerda	Não Sabem
Votaria	55,1	58,1	53,0	38,9
Depende	24,6	26,7	20,3	16,7
Não Votaria	20,3	15,1	26,6	44,4
Nº Abs.^(**)	138	86	443	18

(*) Foi perguntado: "Concorda que o governo deve cuidar apenas da segurança pública e da educação, deixando para os empresários os outros setores (saúde, habitação, estradas...)"

(**) Foram excluídos 15 entrevistados (2,1% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Esquerda, centro e direita apresentam comportamentos semelhantes, embora entre os adeptos da esquerda apareça um número proporcionalmente maior de pessoas que não votariam. Encontra-se no centro ideológico o menor percentual dos que não votariam. Contudo, o grupo que efetivamente chama a atenção na tabela é aquele que não tem opinião formada sobre o grau desejável de intervenção do Estado (dezoito entrevistados). Neste caso, os que votariam formam a minoria.

OPINIÕES	Apoio à democracia ^(*)		
	Democratas	Autoritários	Não Sabem/Indiferentes
Votaria	56,4	52,5	30,8
Depende	21,1	23,2	26,9
Não Votaria	22,4	24,2	42,3
Nº Abs.^(**)	532	99	52

(*) Foi perguntado: "Na sua opinião, é importante para o país manter a liberdade democrática de voto, opinião e associação ou acha que, em determinadas situações, o governo não pode ser democrático?"

(**) Foram excluídos 17 entrevistados (2,4% do total de 700), sendo 15 que não declararam opinião (NS/NR) sobre a obrigatoriedade do voto e 2 que não responderam sobre a intervenção do Estado.

Aqui o padrão se repete. Embora seja possível afirmar que os democratas apresentam uma disposição maior em participar, o comportamento de autoritários e democratas assemelha-se, uma vez que ambos afirmam (em percentuais bastante próximos) que votariam. A nítida variação encontra-se entre os que responderam que lhes é indiferente ou que não sabem dizer qual o melhor regime político: em maioria, esse grupo afirma que não votaria se o voto fosse facultativo. Entre indiferentes e NS/NR, estão 52 entrevistados, ou seja, 7,4% do total.

Grau de otimismo em relação ao país - I^(*)

OPINIÕES	Ruim/Péssima	Regular	Boa/Ótima
Votaria	49,0	57,9	58,3
Depende	20,7	23,3	20,9
Não Votaria	30,3	18,8	20,9
Nº Abs.^(**)	294	266	115

(*) Foi perguntado: "Em sua opinião, como está a situação do Brasil atual?"

(**) Foram excluídos 25 entrevistados (3,5% do total de 700) que não declararam opinião.

Grau de otimismo em relação ao país - II^(*)

OPINIÕES	Piorou	Continua Igual	Melhorou
Votaria	48,8	49,7	59,0
Depende	20,9	23,5	21,6
Não Votaria	30,3	26,8	19,4
Nº Abs.^(**)	201	153	324

(*) Foi perguntado: "Comparando com os anos anteriores, o Brasil melhorou, continua igual ou piorou?"

(**) Foram excluídos 22 entrevistados (3,1% do total de 700) que não declararam opinião.

Embora os otimistas apresentem, como seria de se esperar, uma tendência maior em participar, nota-se que também os pessimistas, em maioria, afirmam a intenção de participar do processo eleitoral. Nas duas tabelas, a diferença percentual entre otimistas e pessimistas é de cerca de 10%, numa relação diretamente proporcional entre otimismo e interesse em participar. Na primeira tabela, os que preferiram o intermediário "regular" estão mais próximos dos otimistas (é o menor índice de "não votaria"). Na segunda tabela, diferentemente, os que preferiram o intermediário "a situação permanece igual" estão mais próximos dos pessimistas.

2.3. Relação entre a disposição em participar das eleições e grau de interesse pela política (em %):

Interesse pelo noticiário político^(*)

OPINIÕES	Sempre	Às Vezes	Nunca
Votaria	60,8	57,4	31,9
Depende	22,0	22,1	22,2
Não Votaria	17,2	20,6	45,9
Nº Abs.^(**)	273	272	135

(*) Foi perguntado: "Costuma ver ou ler noticiários políticos?"

(**) Foram excluídos 20 entrevistados (2,8% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Interesse pelo debate político^()*

OPINIÕES	Sempre	Às Vezes	Nunca
Votaria	69,7	61,4	44,4
Depende	19,7	24,4	21,5
Não Votaria	10,7	14,2	34,2
Nº Abs.^(**)	122	197	363

^(*) Foi perguntado: "Costuma discutir política com amigos e parentes?"

^(**) Foram excluídos 18 entrevistados (2,5% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

O interesse pela política é um fator relevante na disposição do eleitor em participar. Entre os que sempre lêem ou vêem os noticiários, mais de 60% votariam com certeza, contra 17,2% que não votariam. Entre os que nunca assistem aos noticiários políticos, a maior parte respondeu que não votaria.

Nota-se também que interessar-se pelo noticiário é algo bem mais corriqueiro do que debater sobre política: 363 pessoas responderam que nunca discutem política, contra 135 que nunca vêem ou lêem os noticiários.

Entre os que discutem sempre, cresce o percentual dos que votariam com certeza. Mas também entre os que nunca discutem prevalece a disposição de participar das eleições. Observe-se que esse não é um número desprezível: 161 entrevistados (23% dentre os 700) afirmaram que votariam com certeza, embora nunca discutam sobre política.

Preferência partidária

OPINIÕES	Têm Preferência ^(*)	Não Têm Preferência
Votaria	64,4	51,9
Depende	20,8	22,1
Não Votaria	14,9	26,0
Nº Abs.^(**)	101	584

^(*) Apenas 103 entrevistados declararam possuir preferência partidária. Destes, as preferências foram: PMDB - 32; PT - 32; PSDB - 16; PDT - 10; PTB/PFL - 5; VÁRIOS - 5; OUTROS - 3.

^(**) Foram excluídos 15 entrevistados (2,1% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

Participação em associações

OPINIÕES	Participa	Não participa
Votaria	61,8	51,2
Depende	18,2	22,8
Não Votaria	20,0	26,0
Nº Abs.^(*)	170	508

^(*) Foram excluídos 22 entrevistados (3,1% do total de 700) que não declararam opinião (NS/NR).

A preferência partidária e a participação em associações também indicam uma propensão em votar, apresentando diferenças de até 10%.

Votos dados nas eleições de 1994 - I^()*
(entre os que votariam com certeza)

GRAU DE LEMBRANÇA	Presidente	Governador	Senador	Dep. Federal	Dep. Estadual
Não lembra	17,3	23,1	49,9	52,3	56,7
NV ^(**) /Nulo/Branco	12,9	16,1	21,8	21,9	22,6
Soube responder	69,8	60,9	28,4	25,8	20,7
Nº Abs.^(***)	364	360	363	365	363

^(*) Foi perguntado: "Em 1994, em quem votou para presidente da República? E para governador? E para senador? E para deputado federal? E para deputado estadual?"

^(**) Não votou.

^(***) 368 entrevistados responderam que votariam com certeza. Em cada coluna, NR foram excluídos.

Votos dados nas eleições de 1994 - II^()*
(entre os que não votariam)

GRAU DE LEMBRANÇA	Presidente	Governador	Senador	Dep. Federal	Dep. Estadual
Não lembra	27,9	34,4	48,2	47,6	45,7
NV ^(**) /Nulo/Branco	30,9	36,8	43,3	43,9	45,1
Soube responder	41,3	28,8	8,5	8,5	9,1
Nº Abs.^(***)	163	163	164	164	164

^(*) Foi perguntado: "Em 1994, em quem votou para presidente da República? E para governador? E para senador? E para deputado federal? E para deputado estadual?"

^(**) Não votou.

^(***) 167 entrevistados afirmaram que não votariam. Em cada coluna, NR foram excluídos.

No que se refere aos cargos em disputa, tanto entre os que votariam quanto entre os que não votariam aparecem grandes diferenças no grau de lembrança. Nas duas tabelas, o nome do candidato a presidente da República foi, de longe, o mais lembrado. Em seguida vem o nome do candidato a governador.

Como seria de se esperar, os percentuais de votos nulos, em branco e de abstenções foram bem mais altos entre os que não votariam. Também esperado, o grau de lembrança, para todos os cargos, foi bem mais alto entre os que votariam.

Contudo, para os cargos legislativos, o grau de lembrança foi muito baixo mesmo entre os que votariam com certeza. Ou seja, para a eleição de senador, deputado federal e deputado estadual, a esmagadora maioria dos entrevistados não conseguiu dizer para quem foi seu voto. Esse fato é claramente observado mesmo entre aqueles que pretendem continuar votando se o voto se tornar facultativo: nesse caso, o índice de lembrança para as cadeiras legislativas é de cerca de 25%. Entre os que não votariam, esses índices sobem de maneira alarmante: mais de 90% não respondeu para quem foi seu voto.

2.4. Votaria se não fosse obrigatório? Por que?⁵

Como havia três possibilidades de resposta ("votaria", "depende", "não votaria"), as justificativas dos entrevistados estavam ligadas às perguntas, referindo-se a essas possibilidades. Contudo, analisando as respostas, observamos que a tabela poderia ser simplificada, uma vez que o sentido

das respostas seguiam basicamente duas direções: aquela em que os entrevistados demonstravam tendência em participar (mesmo tendo algumas vezes respondido “depende”) e aquela em que pareciam mais propensos a alienar-se do processo (mesmo tendo respondido “depende”).

TENDÊNCIA	MOTIVOS	Nº ABS.	%
PARTICIPAR	-Para exercer o direito de participação	155	22,6
	-Pela noção do dever cívico	115	16,8
	-Votaria se o candidato fosse bom	97	14,2
	-Devido ao gosto pela festa	32	4,7
	-Outras/NS/NR	66	9,6
NÃO PARTICIPAR	-Pelo ressentimento com a política e os políticos	95	13,9
	-Não se interessa pela política	48	7,0
	-Outras/NS/NR	77	11,2
TOTAL^(*)		685	100,0

(*) Foram excluídos 15 entrevistados (2,1% do total de 700) que não responderam ou não souberam responder se votariam ou não.

Entre os que demonstraram disposição em participar das eleições mesmo que o voto seja facultativo, a maior parte (22,6%) afirmou que o faria pelo direito de escolher, pelo direito de eleger alguém de sua confiança. Trata-se, portanto, de uma tendência positiva, no sentido de acreditar no processo eleitoral e na capacidade de influência dos eleitores. Outro tipo de resposta desses entrevistados tendentes a participar foi a que denominamos de “noção do dever cívico”, e que apareceu em respostas como “votaria para melhorar o país” ou “votar é um dever de todos” (em 16,8% das respostas). Também aqui, a imagem positiva das eleições é evidente. Ainda dentro desta tendência em participar, mas apresentando já algumas reticências, aparece o grupo dos que responderam “depende”, enfatizando que votariam caso o candidato fosse bom (14,2%). Por fim, afirmaram que votariam com certeza os entrevistados que participariam apenas porque gostam, porque acham interessante, porque se divertem votando (4,7%).

Entre os que não votariam, encontram-se predominantemente aqueles que têm uma visão negativa da política, afirmando que os eleitores são enganados pelos políticos, que os interesses dos políticos não são os interesses do povo. Enquadramos também nesse caso as respostas do tipo “meu voto nada vale”. Cabe observar que este grupo não é pequeno: foram 95 respostas, que correspondem a 13,9% do total de entrevistados.

Provavelmente, também não votariam aqueles que nitidamente não se interessam pela política. Embora menos expressivo, este grupo reuniu 48 entrevistados (7% do total), que fizeram afirmações tais como “se não aparecesse programa melhor, eu iria” ou “não me interessa por política”.

CONCLUSÃO

A opção pelo voto facultativo prevaleceu amplamente, mas parece atingir de forma diferenciada os diversos segmentos sociais: as mulheres, mais que os homens, os jovens e idosos, mais que as pessoas de meia idade, as pessoas de baixa renda, mais que as de alta renda, os menos escolarizados, mais que os mais escolarizados, preferem menos o voto facultativo. Também os menos informados e alheios à política, em maior número apoiam o voto obrigatório. Este padrão apenas se modifica entre a parcela que possui preferência partidária ou participa de associações, pois nesse caso o percentual de apoio ao voto obrigatório é maior. Percebe-se, assim, que a preferência pelo voto obrigatório ou facultativo deve-se a questões de princípio, crescendo entre a população a idéia de que votar é um direito e não um dever. É interessante observar que mesmo aqueles que defendem a permanência do voto obrigatório o fazem predominantemente porque acreditam que, do contrário, poucos participariam. Não se trata, portanto, de valorizar a obrigatoriedade em si.

O percentual dos que votariam com certeza caso o voto se torne facultativo é pouco maior que 50% dos entrevistados; um número expressivo, 21,4%, preferiu o intermediário “depende”; e 23,9% disseram que não votariam. Na tentativa de caracterizar sociologicamente essas pessoas, poderíamos dizer que, embora apareçam diferenças percentuais entre os diferentes segmentos, são a escolaridade, em primeiro lugar, e a renda, em segundo lugar, as variáveis verdadeiramente significativas.

Como estudos clássicos de sociologia eleitoral já demonstraram, a não-participação encontra-se fundamentalmente relacionada à falta de informação. Esse dado torna-se mais nítido quando relacionamos a disposição em participar a outras variáveis. Por exemplo, a ideologia não aparece com grande relevância, pois tanto no que se refere às diferentes posições ideológico-sociais, quanto às posturas relativas ao regime democrático, a maioria (em percentuais bastante próximos) afirmou que votaria. Nessas tabelas, destaca-se o grupo dos que não têm opinião, ou crêem que todos os regimes são iguais. Esses, em maioria, não votariam. Da mesma forma, entre os que não se interessam pela política, não assistindo aos noticiários, não debatendo com amigos e parentes, nem apoiando partidos e participando de associações, a tendência em participar cai significativamente.

Outro aspecto a ser observado é a tendência oposta à que vem sendo salientada até aqui. Se, por um lado, é verdadeiro que os mais pobres, mais despolitizados e mal informados provavelmente terão uma participação proporcionalmente menor se o voto se tornar facultativo, por outro, é verdadeiro também que a facultatividade do voto não eliminará os mais despolitizados e mal informados do processo eleitoral. E mais: como os dados referentes ao grau de lembrança das eleições passadas indicam, o grau de desinformação — principalmente sobre o Poder Legislativo — prevalece entre a população em geral. Isso significa que este problema diz respeito a questões que vão além da obrigatoriedade x facultatividade do voto.

Finalmente, as justificativas apresentadas pelos entrevistados demonstram que o processo eleitoral vem sendo valorizado e positivamente encarado por uma parcela significativa da população. A esse percentual poderíamos somar os eleitores mais pragmáticos, que votariam se considerassem que o candidato valesse o custo. Entretanto, apesar desses indicadores positivos, não devemos minimizar as demonstrações de ressentimento contra o processo político, apresentadas por aqueles que não votariam. Na realidade, a pesquisa mostra que um percentual bastante alto de pessoas enquadra-se dentro de uma zona nebulosa, em que os valores democráticos estão muito distantes da consolidação.

NOTAS

* Este artigo apresenta os resultados da primeira etapa do projeto de pesquisa *Obrigatoriedade do voto e determinantes sociais*, que contou com a colaboração dos alunos bolsistas Alessandra M. Silva, Antônio M. Neto, Cássio R. E. Brito e Ivoney Mazzo, do Curso de Ciências Sociais da UEL; de Amaury de Souza, que prestou uma providencial assessoria telefônica; do Núcleo de Processamento de Dados da UEL, que tabulou os dados na fase inicial; da Assessoria Estatística do Departamento de Matemática Aplicada da UEL, principalmente Tiemi Matsuo, que nos orienta nas análises estatísticas. O projeto está sendo financiado pela UEL e pelo CNPq. Gostaríamos de registrar nossos agradecimentos a todos, frisando que os problemas que por ventura possam ter persistido são de nossa inteira responsabilidade.

¹ A análise teórica e a interpretação dos dados serão apresentadas posteriormente.

² As pesquisas dos últimos dez anos indicam um crescimento em favor do voto facultativo: em pesquisa de opinião realizada em 1988 nas capitais, 44% apoiaram o voto obrigatório, contra 53% que preferiram o voto facultativo; (CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA, 1993) em pesquisa de 1989 entre as elites brasileiras, chegou-se a um percentual bastante próximo, de 43% favoráveis ao voto obrigatório e 45% favoráveis ao voto facultativo; (LAMOUNIER & SOUZA, 1991, p.326) em 1991, outra pesquisa de opinião, entre as populações paulista e carioca, demonstra que apenas 29% eram favoráveis ao voto obrigatório e o crescimento para 69% de favoráveis ao voto facultativo. (TENDÊNCIAS, 1993) Esse dado foi confirmado nesta pesquisa no município de Londrina.

³ O número de respostas não-sistematizáveis foi considerável. Estas, estão em Outras/NS/NR.

⁴ Segundo MOISÉS, (op. cit., p. 123, gráfico 5) em 1989, 59,2% votariam e 37,8% não; nesse mesmo ano, alguns meses depois, 63,5% votariam, e 32,9% não; em 1993, 49,9% votariam e 46,9% não.

⁵ A questão formulada foi aberta, para que o entrevistado desse espontaneamente sua opinião. A sistematização foi feita posteriormente, procurando-se respeitar o sentido da resposta. Mesmo assim, o número de respostas não-sistematizáveis foi considerável (20,8%). Estas, estão em Outras/NS/NR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA. *Temas polêmicos da Constituinte*, I. Campinas: Unicamp, 1993.
- LAMOUNIER, B. & SOUZA, A. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. *Dados*, v. 34, n. 3, 1991.
- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia* (bases sócio-políticas da legitimidade democrática). São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, L. H. H. & CARVALHO, M. N. T. de. *Obrigatoriedade do voto e determinantes sociais*. Londrina: UEL, 1998. Projeto de Pesquisa.

TENDÊNCIAS. *Opinião Pública*, n. 1, Campinas, jul./ago. 1993. Encarte de Dados de Opinião Pública.